



*Senhora Presidente*

As condições climatéricas ocorridas no ano hidrológico 2016/2017 tiveram como consequência uma redução muito significativa das reservas hídricas superficiais e uma redução da produtividade de recursos hídricos subterrâneos, que estão na origem dos sistemas de abastecimento de água às populações e atividades urbanas.

Apesar das iniciativas entretanto tomadas, para compatibilizar e priorizar os usos entre os vários utilizadores, a atual situação determina o reforço de medidas que permitam minimizar os efeitos da seca no que respeita ao abastecimento público de água.

As reservas superficiais existentes permitem assegurar caudais para os serviços públicos de água, na generalidade do território do continente, para cerca de um ano, mas deixam preocupações em algumas regiões e sobretudo nas localidades e sistemas que tem como origem exclusiva águas subterrâneas.

Tendo em conta as competências municipais nos serviços públicos de água, entendemos que esse objetivo só pode ser completamente conseguido com uma ação concertada das várias entidades gestoras dos serviços de água, das empresas regionais do grupo Águas de Portugal, da Agência Portuguesa do Ambiente e da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos.

Para assegurar um uso mais eficiente da água, apelamos à redução de consumos públicos de água, bem como à promoção de medidas operacionais e campanhas de informação que permitam reduções de consumos e controlo de perdas nas entidades gestoras que asseguram os serviços públicos de abastecimento de água no município.

Com os melhores cumprimentos, *e a distinta atenção de*

*João Pedro Matos Fernandes*

João Pedro Matos Fernandes